

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.178.863	1.132.078
1.01	Ativo Circulante	140.958	157.399
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.155	69.702
1.01.03	Contas a Receber	21.580	26.333
1.01.03.01	Clientes	16.899	16.707
1.01.03.01.01	Revendedores	14.665	14.234
1.01.03.01.02	Consumidores	2.234	2.473
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.681	9.626
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	2.040	2.040
1.01.03.02.02	Energia de Curto Prazo - CCEE	2.059	4.816
1.01.03.02.03	Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa	-7.429	-5.271
1.01.03.02.04	Renda da Prestação de Serviços	2.594	6.279
1.01.03.02.05	Alienação de Bens e Direitos	5.417	1.762
1.01.04	Estoques	2.095	2.630
1.01.07	Despesas Antecipadas	101	196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	92.027	58.538
1.01.08.03	Outros	92.027	58.538
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	3.870	3.323
1.01.08.03.02	Outros Créditos	22.319	13.295
1.01.08.03.03	Arrendamento UTE Piratininga	44.296	35.283
1.01.08.03.04	Cauções e Depósitos Vinculados	21.542	6.637
1.02	Ativo Não Circulante	1.037.905	974.679
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	455.847	449.001
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	455.847	449.001
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	4.519	10.955
1.02.01.09.04	Valores a Receber	14.650	14.650
1.02.01.09.05	Arrendamento UTE Piratininga	436.678	423.396
1.02.02	Investimentos	25.659	13.400
1.02.03	Imobilizado	555.772	511.394
1.02.04	Intangível	627	884
1.02.04.01	Intangíveis	627	884

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.178.863	1.132.078
2.01	Passivo Circulante	127.487	139.623
2.01.02	Fornecedores	8.773	9.581
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.773	9.581
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.854	7.934
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.377	7.582
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	2.694
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	1.120	1.195
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	243	259
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. - empresa	359	2.034
2.01.03.01.05	ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009	0	49
2.01.03.01.06	Outros	2.655	1.351
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	387	262
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	387	262
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	90	90
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90
2.01.05	Outras Obrigações	113.860	122.108
2.01.05.02	Outros	113.860	122.108
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	86	86
2.01.05.02.04	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	0	8.509
2.01.05.02.05	Folha de Pagamento	4.321	5.802
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas - Folha de Pagamento	13.851	11.886
2.01.05.02.07	Taxas Regulamentares	7.369	7.199
2.01.05.02.08	Encargos de Uso da Rede Elétrica	186	296
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência a Empregados	23.310	43.401
2.01.05.02.10	Depósitos Vinculados	52.806	40.000
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	11.931	4.929
2.02	Passivo Não Circulante	275.641	220.570
2.02.02	Outras Obrigações	66.653	40.855
2.02.02.02	Outros	66.653	40.855
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	239	306
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	49.443	23.578
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	128.005	118.892
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	128.005	118.892
2.02.04	Provisões	80.983	60.823
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.325	38.638
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	561
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	23.927	22.606
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.398	15.471
2.02.04.02	Outras Provisões	50.658	22.185
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	50.658	17.825
2.02.04.02.04	Outras Provisões	0	4.360
2.03	Patrimônio Líquido	775.735	771.885
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	115.055	120.584
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	115.055	120.584
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-11.861	-21.240

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	46.543	136.392	41.882	121.345
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-61.684	-194.193	-71.133	-181.256
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 28)	-61.684	-194.193	-71.133	-181.256
3.03	Resultado Bruto	-15.141	-57.801	-29.251	-59.911
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	113	24.975	2	27.204
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	113	24.975	2	27.204
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-15.028	-32.826	-29.249	-32.707
3.06	Resultado Financeiro	18.376	55.522	5.654	44.391
3.06.01	Receitas Financeiras	18.720	57.290	9.240	46.084
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 29)	8.609	26.929	9.240	29.297
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas (Nota 29)	10.111	30.361	0	16.787
3.06.02	Despesas Financeiras	-344	-1.768	-3.586	-1.693
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 29)	-322	-1.410	-439	-1.693
3.06.02.02	Variações Monetárias Líquidas (Nota 29)	-22	-358	-3.147	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.348	22.696	-23.595	11.684
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.477	-18.846	-2.222	-14.777
3.08.01	Corrente	0	-9.732	-189	-9.781
3.08.02	Diferido	-6.477	-9.114	-2.033	-4.996
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.129	3.850	-25.817	-3.093
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.129	3.850	-25.817	-3.093
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.129	3.850	-25.817	-3.093
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.129	3.850	-25.817	-3.093

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.217	-33.227
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.746	-10.470
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.850	-3.093
6.01.01.02	Depreciação	18.686	21.540
6.01.01.03	Variações monetárias/juros	-37.634	-33.691
6.01.01.04	Ganho na alienação de bens e direitos	-24.609	-27.313
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.113	4.996
6.01.01.06	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	2.158	492
6.01.01.07	Outras provisões	-4.360	0
6.01.01.08	Constituição (Reversão) de prov. p/ custos socioambientais	32.833	15.625
6.01.01.09	Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	3.081	13.688
6.01.01.10	Reversão de prov. p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-11.394	-2.824
6.01.01.11	Receita de equivalencia patrimonial	-470	0
6.01.01.12	Outras	0	110
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.471	-22.757
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	-431	-1.797
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	239	-136
6.01.02.03	Energia de curto prazo - CCEE	2.757	-172
6.01.02.04	Valores a receber - DAEE	0	6.115
6.01.02.05	Renda da prestação de serviços	3.685	-4.592
6.01.02.06	Tributos e contribuições compensáveis	-547	942
6.01.02.07	Estoques	535	-146
6.01.02.08	Despesas antecipadas	95	-177
6.01.02.09	Outros créditos	-9.024	-2.374
6.01.02.10	Cauções e depósitos vinculados	-8.469	-9.399
6.01.02.11	Fornecedores	-808	1.882
6.01.02.12	Folha de pagamento	-1.481	-1.200
6.01.02.13	Obrigações estimadas - folha de pagamento	1.965	1.120
6.01.02.14	Tributos e contribuições sociais	-3.147	-5.036
6.01.02.15	Entidade de previdência a empregados	-10.707	-7.250
6.01.02.16	Taxas regulamentares	170	-406
6.01.02.17	Encargos de uso da rede elétrica	-110	-873
6.01.02.18	Compra de energia elétrica - CCEE	0	-52
6.01.02.19	Depósitos vinculados	12.806	0
6.01.02.20	Outros passivos	7.001	794
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-21.487	33.410
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	22.216	24.216
6.02.02	Adições ao imobilizado	-62.822	-18.825
6.02.03	Recebimento pela UTE Piratininga	30.908	29.819
6.02.04	Aumento de capital em controlada	-11.789	-1.800
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.843	-19.210
6.03.01	Amortização de empréstimos (principal) - FIDC	-8.843	-16.106
6.03.02	Dividendos pagos	0	-3.104
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-44.547	-19.027
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.702	21.236

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.155	2.209

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.850	0	3.850
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.850	0	3.850
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.529	5.529	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-5.529	5.529	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	115.055	-11.861	0	775.735

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.093	0	-3.093
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.093	0	-3.093
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.058	5.058	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-5.058	5.058	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	135.101	1.965	0	809.607

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	250.371	186.653
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	159.286	141.006
7.01.02	Outras Receitas	24.628	27.314
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	68.616	18.825
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.159	-492
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-137.639	-78.211
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-137.639	-78.211
7.03	Valor Adicionado Bruto	112.732	108.442
7.04	Retenções	-18.686	-21.540
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.686	-21.540
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	94.046	86.902
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.680	14.086
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	470	0
7.06.02	Receitas Financeiras	26.929	29.297
7.06.03	Outros	-25.719	-15.211
7.06.03.01	Entidade de previdência a empregados	-16.482	-10.105
7.06.03.02	Realização de perda (baixa de val. a rec.)	-123	-110
7.06.03.03	I.R. e C.S. diferidos	-9.114	-4.996
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	95.726	100.988
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	95.726	100.988
7.08.01	Pessoal	66.952	67.315
7.08.01.01	Remuneração Direta	59.900	60.761
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.008	4.858
7.08.01.04	Outros	2.044	1.696
7.08.01.04.01	Entidade de previdência a empregados (Contrib. ao Plano)	2.044	1.696
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	52.886	51.280
7.08.02.01	Federais	45.475	45.537
7.08.02.02	Estaduais	1.457	0
7.08.02.03	Municipais	5.954	5.743
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-27.962	-14.514
7.08.03.01	Juros	1.410	1.693
7.08.03.02	Aluguéis	631	580
7.08.03.03	Outras	-30.003	-16.787
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-30.003	-16.787
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.850	-3.093
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.850	-3.093

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.178.982	1.132.142
1.01	Ativo Circulante	158.602	169.472
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.825	81.933
1.01.03	Contas a Receber	21.580	26.333
1.01.03.01	Clientes	16.899	16.707
1.01.03.01.01	Revendedores	14.665	14.234
1.01.03.01.02	Consumidores	2.234	2.473
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.681	9.626
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Energia Livre	2.040	2.040
1.01.03.02.02	Energia de Curto Prazo - CCEE	2.059	4.816
1.01.03.02.03	Provisão p/ Créd. Liquidação Duvidosa	-7.429	-5.271
1.01.03.02.04	Renda da Prestação de Serviços	2.594	6.279
1.01.03.02.05	Alienação de Bens e Direitos	5.417	1.762
1.01.04	Estoques	2.095	2.630
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.182	196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	91.920	58.380
1.01.08.03	Outros	91.920	58.380
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	3.948	3.350
1.01.08.03.02	Outros Créditos	22.134	13.110
1.01.08.03.03	Arrendamento UTE Piratininga	44.296	35.283
1.01.08.03.04	Cauções e Depósitos Vinculados	21.542	6.637
1.02	Ativo Não Circulante	1.020.380	962.670
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	455.847	449.001
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	455.847	449.001
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	4.519	10.955
1.02.01.09.04	Valores a Receber	14.650	14.650
1.02.01.09.05	Arrendamento UTE Piratininga	436.678	423.396
1.02.02	Investimentos	1.390	1.391
1.02.03	Imobilizado	562.516	511.394
1.02.04	Intangível	627	884
1.02.04.01	Intangíveis	627	884

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.178.982	1.132.142
2.01	Passivo Circulante	127.606	139.687
2.01.02	Fornecedores	8.855	9.581
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.855	9.581
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.891	7.998
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.414	7.646
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	37	2.758
2.01.03.01.02	COFINS sobre receitas	1.120	1.195
2.01.03.01.03	PIS sobre receitas	243	259
2.01.03.01.04	Encargos sociais s/ folha de pagto. -empresa	359	2.034
2.01.03.01.05	ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009	0	49
2.01.03.01.06	Outros	2.655	1.351
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	387	262
2.01.03.02.01	ICMS sobre receita de fornecimento de energia	387	262
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	90	90
2.01.03.03.01	IPTU - REFIS	90	90
2.01.05	Outras Obrigações	113.860	122.108
2.01.05.02	Outros	113.860	122.108
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	86	86
2.01.05.02.04	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	0	8.509
2.01.05.02.05	Folha de Pagamento	4.321	5.802
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas - Folha de Pagamento	13.851	11.886
2.01.05.02.07	Taxas Regulamentares	7.369	7.199
2.01.05.02.08	Encargos de Uso da Rede Elétrica	186	296
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência a Empregados	23.310	43.401
2.01.05.02.10	Depósitos Vinculados	52.806	40.000
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	11.931	4.929
2.02	Passivo Não Circulante	275.641	220.570
2.02.02	Outras Obrigações	66.653	40.855
2.02.02.02	Outros	66.653	40.855
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	239	306
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	49.443	23.578
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	16.202	16.202
2.02.03	Tributos Diferidos	128.005	118.892
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	128.005	118.892
2.02.04	Provisões	80.983	60.823
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.325	38.638
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	561
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	23.927	22.606
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.398	15.471
2.02.04.02	Outras Provisões	50.658	22.185
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	50.658	17.825
2.02.04.02.04	Outras Provisões	0	4.360
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	775.735	771.885
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	115.055	120.584
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	115.055	120.584
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-11.861	-21.240

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	46.543	136.392	41.882	121.345
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-61.704	-194.213	-71.133	-181.256
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 28)	-61.704	-194.213	-71.133	-181.256
3.03	Resultado Bruto	-15.161	-57.821	-29.251	-59.911
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2	24.505	2	27.204
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2	24.505	2	27.204
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-15.159	-33.316	-29.249	-32.707
3.06	Resultado Financeiro	18.556	56.227	5.654	44.391
3.06.01	Receitas Financeiras	18.942	58.037	9.240	46.084
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 29)	8.831	27.676	9.240	29.297
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas (Nota 29)	10.111	30.361	0	16.787
3.06.02	Despesas Financeiras	-386	-1.810	-3.586	-1.693
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 29)	-364	-1.452	-439	-1.693
3.06.02.02	Variações Monetárias Líquidas (Nota 29)	-22	-358	-3.147	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.397	22.911	-23.595	11.684
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.526	-19.061	-2.222	-14.777
3.08.01	Corrente	-49	-9.947	-189	-9.781
3.08.02	Diferido	-6.477	-9.114	-2.033	-4.996
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.129	3.850	-25.817	-3.093
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-3.129	3.850	-25.817	-3.093
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.129	3.850	-25.817	-3.093
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-3.129	3.850	-25.817	-3.093
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-3.129	3.850	-25.817	-3.093
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.129	3.850	-25.817	-3.093

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-17.823	-33.227
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.276	-10.470
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.850	-3.093
6.01.01.02	Depreciação	18.686	21.540
6.01.01.03	Variações monetárias/juros	-37.634	-33.691
6.01.01.04	Ganho na alienação de bens e direitos	-24.609	-27.313
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.113	4.996
6.01.01.06	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	2.158	492
6.01.01.07	Outras provisões	-4.360	0
6.01.01.08	Constituição (Reversão) de prov. p/ custos socioambientais	32.833	15.625
6.01.01.09	Provisão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	3.081	13.688
6.01.01.10	Reversão de prov. p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributários	-11.394	-2.824
6.01.01.11	Outras	0	110
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.547	-22.757
6.01.02.01	Contas a receber de revendedores	-431	-1.797
6.01.02.02	Contas a receber de consumidores	239	-136
6.01.02.03	Energia de curto prazo - CCEE	2.757	-172
6.01.02.04	Valores a receber - DAEE	0	6.115
6.01.02.05	Renda da prestação de serviços	3.685	-4.592
6.01.02.06	Tributos e contribuições compensáveis	-598	942
6.01.02.07	Estoques	535	-146
6.01.02.08	Despesas antecipadas	-3.986	-177
6.01.02.09	Outros créditos	-9.024	-2.374
6.01.02.10	Cauções de depósitos vinculados	-8.469	-9.399
6.01.02.11	Fornecedores	-726	1.882
6.01.02.12	Folha de pagamento	-1.481	-1.200
6.01.02.13	Obrigações estimadas - folha de pagamento	1.965	1.120
6.01.02.14	Tributos e contribuições sociais	-3.174	-5.036
6.01.02.15	Entidade de previdência a empregados	-10.707	-7.250
6.01.02.16	Taxas regulamentares	170	-406
6.01.02.17	Encargos de uso da rede elétrica	-110	-873
6.01.02.18	Compra de energia elétrica - CCEE	0	-52
6.01.02.19	Depósitos vinculados	12.806	0
6.01.02.20	Outros passivos	7.002	794
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-16.442	35.210
6.02.01	Recebimento pela alienação de bens e direitos	22.216	24.216
6.02.02	Adições ao imobilizado	-69.566	-18.825
6.02.03	Recebimento pela UTE Piratininga	30.908	29.819
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.843	-19.210
6.03.01	Amortização de empréstimos (principal) - FIDC	-8.843	-16.106
6.03.02	Dividendos pagos	0	-3.104
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-43.108	-17.227
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	81.933	21.436
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.825	4.209

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885	0	771.885
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	120.584	-21.240	0	771.885	0	771.885
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.850	0	3.850	0	3.850
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.850	0	3.850	0	3.850
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.529	5.529	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-5.529	5.529	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	115.055	-11.861	0	775.735	0	775.735

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700	0	812.700
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	140.159	0	0	812.700	0	812.700
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.093	0	-3.093	0	-3.093
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.093	0	-3.093	0	-3.093
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.058	5.058	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-5.058	5.058	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	135.101	1.965	0	809.607	0	809.607

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	250.371	186.653
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	159.286	141.006
7.01.02	Outras Receitas	24.628	27.314
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	68.616	18.825
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.159	-492
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-137.659	-78.211
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-137.659	-78.211
7.03	Valor Adicionado Bruto	112.712	108.442
7.04	Retenções	-18.686	-21.540
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.686	-21.540
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	94.026	86.902
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.957	14.086
7.06.02	Receitas Financeiras	27.676	29.297
7.06.03	Outros	-25.719	-15.211
7.06.03.01	Entidade de previdência a empregados	-16.482	-10.105
7.06.03.02	Realização de perda (baixa de val. a rec.)	-123	-110
7.06.03.03	I.R. e C.S. diferidos	-9.114	-4.996
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	95.983	100.988
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	95.983	100.988
7.08.01	Pessoal	66.952	67.315
7.08.01.01	Remuneração Direta	59.900	60.761
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.008	4.858
7.08.01.04	Outros	2.044	1.696
7.08.01.04.01	Entidade de previdência a empregados (Contrib. ao Plano)	2.044	1.696
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.101	51.280
7.08.02.01	Federais	45.690	45.537
7.08.02.02	Estaduais	1.457	0
7.08.02.03	Municipais	5.954	5.743
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-27.920	-14.514
7.08.03.01	Juros	1.452	1.693
7.08.03.02	Aluguéis	631	580
7.08.03.03	Outras	-30.003	-16.787
7.08.03.03.01	Variações monetárias líquidas	-30.003	-16.787
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.850	-3.093
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.850	-3.093

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO DO TRIMESTRE

O comportamento dos preços médios de suprimento de energia, desconsiderados os efeitos da comercialização de energia de curto prazo, apresenta-se como segue:

	Trimestres Findos em Setembro		
	Preço Médio R\$/MWh		
	2012	2011	Variação (%)
Vendas			
Preços médios de suprimento de energia - Leilão.....	85,16	82,46	3,27

	Energia Vendida em MWh		
	2012	2011	Variação (%)
	Suprimento e fornecimento de energia.....	339.106	321.735

As receitas operacionais atingiram R\$ 53.402, obtidas principalmente pelo fornecimento, suprimento de energia – leilão, energia de curto prazo - CCEE e prestação de serviços (Nota 27.1).

Os custos operacionais apresentaram uma redução de 13,26% em relação ao mesmo trimestre de 2011 em alguns itens, (principalmente em virtude da provisão para compromissos ambientais) tais como energia de curto prazo – CCEE, material e serviços de terceiros em contraposição ao aumento em outras rubricas (Nota 28).

Como consequencia dos aspectos operacionais comentados, a EMAE encerrou o trimestre com resultado operacional bruto de R\$ 15.161 (negativo).

O Resultado financeiro de R\$ 18.556 (positivo), decorreu principalmente de receitas de atualização do arrendamento a receber – UTE Piratininga, de quotas subordinadas FIDC e atualização do contrato com o DAEE, em contraposição de despesas de juros e variações monetárias do FIDC e outras obrigações (Nota 29.1).

O lucro antes dos impostos foi de R\$ 3.397. Após a apropriação da despesa com o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Fiscal Tributável e da contribuição social e imposto de renda diferidos, a EMAE encerrou o trimestre com prejuízo de R\$ 3.129.

Comentário do Desempenho

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS (ACUMULADO)

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
1 - Endividamento		
$\frac{\text{Exigível Total (Passivo Circulante e Não Circulante) - Outras Obrigações}}{\text{Ativo Total}}$	0,33	0,30
2 - Liquidez Corrente		
$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	1,24	1,21
3 - Liquidez Geral		
$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Exigível Total (Passivo Circulante e Não Circulante) - Outras Obrigações}}$	3,05	3,29
4 - Capitalização		
$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	0,66	0,68
5 - Produtividade		
$\frac{\text{Receita Operacional Bruta}}{\text{Ativo Total}}$	0,14	0,17
6 - Valor Patrimonial da Ação		
$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Quantidade de Ações}}$	21,00	20,89
INDICADORES OPERACIONAIS		
1 - Número de Empregados (*)	655	672

(*) Informação não revisada pelos Auditores Independentes.

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes)

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – “EMAE” ou “Empresa”, é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

A EMAE tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. A Empresa vem desenvolvendo estudos visando o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais, para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

A EMAE está autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia. A Empresa pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de empresas públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

A EMAE possui a concessão para explorar 5 usinas hidrelétricas - Henry Borden, Porto Góes, Rasgão, Izabel e Edgard de Souza, que formam um parque gerador com 949,44 MW de potência instalada e uma Garantia Física de 165,8 MW médios que corresponde à energia comercializada (Nota 15.1), além de operar 2 usinas elevatórias. Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A energia elétrica comercializada pela EMAE destina-se a: concessionárias distribuidoras de energia elétrica, agentes comercializadores, consumidores livres e operações no mercado de curto prazo contabilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – “CCEE” (Nota 27).

Da receita operacional da EMAE no terceiro trimestre de 2012, 54% (contra 54% no terceiro trimestre de 2011) foram provenientes de suprimento de energia elétrica, sendo 49% (54% em 2011) às distribuidoras e 5% a agentes comercializadores, 12% (14% em 2011) no segmento fornecimento de energia a consumidores livres e 15% (17% em 2011) em energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sendo os restantes 19% em 2012 (15% em 2011), provenientes de renda da prestação de serviços e de outras receitas.

Em 22 de dezembro de 2010, foi constituída a Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) denominada PIRAPORA ENERGIA S.A. – “Pirapora Energia”, subsidiária integral da EMAE, para administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora. Cerca de 80 % dos recursos para a construção da PCH, virão de financiamento do BNDES, cujo contrato foi assinado em 08/03/2012. A parte complementar dos recursos necessários será subscrito e integralizado pela EMAE como Capital Social da Pirapora Energia. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu a titularidade da autorização para exploração da PCH Pirapora da EMAE para a Pirapora Energia S.A.

Notas Explicativas

1.1 Leilões de Energia (*)

A EMAE vendeu às concessionárias de distribuição, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, 129 MW médios nos Leilões de Empreendimentos de Geração Existentes (“Energia Existente”) e 26 MW médios em Leilão de Novos Empreendimentos (“Energia Nova”), relacionados à disponibilidade de produção de energia, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

Leilão de Empreendimentos Existentes	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMAE (MWm)	Preço EMAE R\$/MWh	Preço Médio Ponderado dos Participantes	Base dos Preços
1º Leilão - Prod. 2005	2005 a 2012	85,0	60,84	57,51	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2013	33,0	69,21	67,33	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2007	2007 a 2014	5,0	75,75	75,46	Jan/05
3º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2008	3,0	63,24	62,95	Out/05
4º Leilão - Prod. 2009	2009 a 2016	3,0	96,00	94,91	Out/05
		129,0			

Leilão de Novos Empreendimentos	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMAE (MWm)	Preço EMAE R\$/MWh	Preço Médio Ponderado dos Participantes	Base dos Preços
1º Leilão - Prod. 2008-H30	2008 a 2037	1,0	116,00	106,95	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2009-H30	2009 a 2038	1,0	116,00	114,28	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2010-H30	2010 a 2039	8,0	115,99	115,04	Dez/05
10º Leilão - Prod. 2015-H30	2015 a 2044	16,0	154,49	99,48	Nov/10
		26,0			

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

1.2 Prorrogação das concessões

Conforme Contrato de Concessão nº 002/2004 – ANEEL – EMAE, firmado em 11 de novembro de 2004, a Empresa detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica de cinco aproveitamentos hidrelétricos, todos com termo final para 30 de novembro de 2012, podendo ser prorrogado, a critério do Poder Concedente, por período de até 20 (vinte) anos, conforme condições expressas na cláusula segunda do referido Contrato.

Em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos seus cinco aproveitamentos hidrelétricos. Em 16 de março de 2012, conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União, a ANEEL encaminhou ao Ministério de Minas e Energia – MME requerimento de prorrogação do prazo de concessão, no qual pronuncia-se favoravelmente em relação às UHE’s de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes, pelo sobrestamento do exame do pedido em relação à UHE Edgard de Souza e pelo indeferimento em relação à UHE Isabel. Cumpre salientar que estas duas últimas usinas estão inoperantes e não participam da receita da Empresa.

No dia 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, divulgou a Medida Provisória - MP nº 579 que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Em síntese, a referida Medida Provisória, possibilita a renovação das concessões, por até 30 anos, a partir de 2013, desde que as concessionárias aceitem às seguintes condições:

- remuneração por tarifa calculada pela ANEEL, para cada usina hidrelétrica;
- alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a ser definida pela ANEEL; e
- submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Notas Explicativas

A MP 579 definiu, ainda, que para determinação do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, será utilizada a metodologia de Valor Novo de Reposição – VNR, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente.

Em 14 de setembro, foi publicado o Decreto nº 7.805, regulamentando a MP 579, a partir do qual a ANEEL divulgou cronograma com os principais marcos para a implementação dos trabalhos, dentre os quais destacamos:

- 15.10.12 - Prazo para manifestação de interesse de renovação de contratos de concessão pelas empresas.
- 01.11.12 - Aprovação das minutas de Termos Aditivos aos Contratos de Concessão; publicação das tarifas de Geração e convocação das empresas de Geração para assinatura dos Termos Aditivos.
- 04.12.12 – Prazo limite para assinatura dos Aditivos contratuais.
- 19.12.12 – Resolução homologatória provisória das cotas de energia para as distribuidoras.
- 01.01.13 – Início de validade das novas Tarifas.
- 20.01.13 – Resolução homologatória definitiva das cotas de energia.

Vide Eventos Subsequentes (Nota 34).

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Empresa compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e sua controlada, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora e controlada, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e identificadas e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Estas informações trimestrais estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21 e IAS 34 – Informações Intermediárias e Ofício Circular CVM SNC/SEP nº 03/11.

Notas Explicativas

Consequentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2011 que não sofreram modificações no trimestre não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31/12/2011.

2.2 Base de elaboração

A autorização para a emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da diretoria realizada em 01/11/2012.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e da sua controlada Pirapora Energia S.A. Em decorrência da constituição da controlada mencionada na nota explicativa nº 1, a Empresa passou a preparar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.4 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais completas de 31 de dezembro de 2011, disponíveis no site da CVM.

2.5 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Empresa e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e de sua controlada.

2.6 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Empresa tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidadas. Consequentemente, a Empresa concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Tipo de Aplicação	Controladora		Consolidado	
		30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Caixa e bancos conta movimento.....		22	373	22	373
Aplicações financeiras:					
Banco Bradesco S.A.....	CDB (a)	143	143	143	143
Banco do Brasil.....	CDB (a)	24.990	69.186	38.660	81.417
		<u>25.155</u>	<u>69.702</u>	<u>38.825</u>	<u>81.933</u>

As taxas de juros relacionadas às aplicações financeiras, efetuadas em reais, foram de 6,2654% e 11,0536%, respectivamente em 30.09.12 e 31.12.11.

- (a) Referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, emitidos por instituições financeiras no Brasil, podendo ser resgatados em prazo inferior a 90 dias sem penalizar a remuneração.

4. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora e Consolidado	
	30.09.12	31.12.11
a) Suprimento de Energia		
Leilão de energia e agentes comercializadores.....	14.665	14.234
b) Fornecimento		
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	<u>2.234</u>	<u>2.473</u>

5. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, principalmente a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, nas quais o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

A remuneração desses geradores livres foi baseada nos preços praticados pelo MAE, (Mercado Atacadista de Energia, atual CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à energia assegurada de cada um, sendo que a EMAE respondia, à época por cerca de 1,3% (informação não auditada pelos auditores independentes) da energia assegurada do país.

A Resolução Normativa nº 387 da ANEEL, de 15/12/2009, estabelece a metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento. A operacionalização para a demonstração do saldo final dar-se-á nos próximos meses, conforme prazos constantes da citada Resolução.

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de energia livre, atualizados até 30 de julho de 2010, a serem repassados entre distribuidoras e geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Composição:	
Saldo em 31.12.2011.....	2.040
Valor faturado.....	-
Valor recebido.....	-
Saldo em 30.09.2012.....	<u>2.040</u>

Notas Explicativas

Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADÉE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da Recomposição Tarifária Extraordinária, a EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido no valor de R\$ 2.040.

6. ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Representam as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela EMAE com seu mercado e demais agentes versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No terceiro trimestre de 2012 foram registrados volumes de energia de curto prazo vendidos e adquiridos no âmbito do mercado através da CCEE, necessários para atender às quantidades vendidas (compromissadas) às empresas clientes da EMAE e também às necessidades operacionais do Sistema Interligado Nacional - SIN (Notas 27.5 e 28.5).

7. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 09 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

	Controladora e Consolidado	
	<u>30.09.12</u>	<u>31.12.11</u>
Não circulante		
Contrato.....	14.650	14.650

Em 30 de novembro de 2011, com a anuência do DAEE, foi assinado o Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditícios com a CESP – Companhia Energética de São Paulo, no valor de R\$ 32.000.

O valor a receber registrado nesta conta, representa o saldo líquido a favor da EMAE, já excluídos os créditos cedidos.

8. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS (VALORES A RECEBER)

	Controladora e Consolidado	
	<u>30.09.12</u>	<u>31.12.11</u>
Circulante		
Contrato (1)	-	1.227
Contrato (2)	-	535
Contrato (3)	4.547	-
Contrato (4)	870	-
	<u>5.417</u>	<u>1.762</u>

(1) Refere-se a alienação do imóvel de 65.237,00 m², localizado próximo à Av. dos Autonomistas, entre o antigo leito do Rio Tietê e km 18 da Estrada de Ferro FEPASA, Município de Osasco, Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 7.500 para a empresa PRABODHAN Empreendimentos e Participações Ltda, conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 12 de abril de 2011, para recebimento em 12 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPC-FIPE.

Notas Explicativas

- (2) Refere-se a alienação do imóvel de 6.382,38 m², localizado próximo à Rua Paulo Fontainha Geysler s/n^o, altura do Km 267 da Rodovia Cônego Rongoni (SP-55) – Bairro Vila Industrial, Município de Cubatão – São Paulo, pelo valor de R\$ 1.990 para a empresa Hidromar Indústria Química Ltda., conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 15 de junho de 2011, para recebimento em 11 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPC-FIPE, acrescidas de juros de 12% ao ano.
- (3) Refere-se a alienação do imóvel de 12.865,62 m², localizado na Rua César Vallejo, no Bairro Real Parque, São Paulo, Capital pelo valor de R\$ 22.010 para a empresa STAN Empreendimentos e Participações Ltda., conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 05 de março de 2012. Foi dado como entrada o valor de R\$ 2.210 e o saldo restante para recebimento em 09 parcelas mensais iguais e sucessivas. Sobre o saldo remanescente serão aplicados juros de 12% a.a., calculados com base na Tabela Price.
- (4) Refere-se a alienação do imóvel de 14.750,00 m², localizado na Rua Miguel Barbar nº 576, Bairro Vila Gustavo Correia, Município de Carapicuíba, Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 2.615 para a empresa G. P. Service Remoção de Veículos Ltda., conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 26 de março de 2012. Foi dado como entrada o valor de R\$ 500 e o saldo restante para recebimento em 10 parcelas mensais iguais e sucessivas. Sobre o saldo remanescente serão aplicados juros de 12% a.a., calculados com base na Tabela Price.

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Circulante				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a).....	578	234	578	234
Imposto de renda a compensar (b).....	451	451	529	478
Contribuição social a compensar (b).....	600	600	600	600
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c).....	1.697	1.338	1.697	1.338
Imposto sobre serviços a compensar (d).....	400	400	400	400
INSS a compensar (d).....	124	270	124	270
Outros.....	20	30	20	30
	<u>3.870</u>	<u>3.323</u>	<u>3.948</u>	<u>3.350</u>

- (a) Refere-se a créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.
- (b) Refere-se a créditos de imposto de renda e contribuição social, a serem compensados com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Receita Federal do Brasil.
- (c) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício.
- (d) Refere-se a créditos provenientes de retenções de imposto sobre serviços e INSS por parte de tomadores de serviços.

10. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a conseqüente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. – BSE (subsidiária integral da Petrobras).

Notas Explicativas

Em 29 de maio de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, publicou no Diário Oficial da União, extrato de termo aditivo relativo ao Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 002/2004 – ANEEL, firmado originalmente pela EMAE em 11 de novembro de 2004. Referido termo aditivo tem por objetivo adequar o instrumento contratual celebrado entre a União e a EMAE, de modo a contemplar a transferência de concessão para exploração da Usina Termoelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. – BSE, conforme a Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

A Administração da EMAE, em face da Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing), classificou a operação como arrendamento mercantil financeiro. De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, as transações e outros eventos são contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância econômica e não meramente com a sua forma legal. Adicionalmente, conforme o CPC 06 para o registro contábil de uma operação de arrendamento mercantil financeiro deve prevalecer a essência econômica sobre a forma jurídica, assim, para o arrendador a operação deve ser registrada como uma venda financiada, baixando-se o valor residual contábil do bem, registrando em uma conta de arrendamento a receber o valor justo do ativo ou o valor presente dos recebimentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida de um ganho/perda na alienação e reconhecendo uma receita financeira ao longo do período de arrendamento. O arrendatário deve registrar o ativo a ser explorado ao seu valor justo ou ao valor presente dos pagamentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida do passivo e reconhecendo uma despesa de depreciação pela utilização do bem e despesa financeira ao longo do período de arrendamento.

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 30.09.12
	Saldo 31.12.11	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	35.283	17.028	22.893	(30.908)	44.296
Não Circulante.....	423.396	(17.028)	30.310	-	436.678
	458.679	-	53.203	(30.908)	480.974

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.12	31.12.11
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada.....	(223.336)	(246.228)
Variação monetária.....	182.050	151.739
Recebimentos.....	(242.740)	(211.832)
	480.974	458.679

Notas Explicativas

Valor presente das parcelas a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

Circulante	
De 2012.....	44.296
Não circulante	
De 2013 até 2017.....	161.836
De 2018 até 2024.....	274.842
	<u>436.678</u>
Total	<u>480.974</u>

11. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Circulante				
Serviços em curso (1).....	3.889	3.533	3.889	3.533
Outros créditos (2).....	18.430	9.762	18.245	9.577
	<u>22.319</u>	<u>13.295</u>	<u>22.134</u>	<u>13.110</u>

1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

2 - Referem-se a créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores.

12. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos, a EMAE constituiu provisão de R\$ 7.429 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 5.271 em 31 de dezembro 2011).

	Controladora e Consolidado		
	30.09.12	Provisão	31.12.11
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	<u>(7.429)</u>	<u>(2.158)</u>	<u>(5.271)</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

13.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Imposto de Renda	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social	Contribuição Social
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições.....	22.696	11.684	22.911	11.684	22.696	11.684	22.911	11.684
Aliquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(5.674)	(2.921)	(5.728)	(2.921)	(2.043)	(1.052)	(2.062)	(1.052)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição.....	(3.005)	(2.633)	(3.005)	(2.633)	(1.082)	(948)	(1.082)	(948)
Outros.....	(161)	(223)	(161)	(223)	(467)	(540)	(509)	(540)
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão								
Provisões diversas.....	(4.913)	(5.881)	(4.913)	(5.881)	(1.769)	(2.117)	(1.769)	(2.117)
Outros (PAT, incentivos).....	74	1.026	(25)	1.026	194	511	193	511
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL								
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	<u>(13.679)</u>	<u>(10.632)</u>	<u>(13.832)</u>	<u>(10.632)</u>	<u>(5.167)</u>	<u>(4.146)</u>	<u>(5.229)</u>	<u>(4.146)</u>
Corrente.....	(6.978)	(6.958)	(7.131)	(6.958)	(2.754)	(2.823)	(2.816)	(2.823)
Diferido.....	(6.701)	(3.674)	(6.701)	(3.674)	(2.413)	(1.323)	(2.413)	(1.323)
Aliquota efetiva.....	60%	91%	60%	91%	23%	35%	23%	35%

Notas Explicativas

13.2 Composição dos saldos:

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2011 (a).....	42.950	42.950	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (b).....	55.927	58.007	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2012 (c).....	4.913	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	94.121	87.421
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2011 (a).....	15.462	15.462	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (b).....	15.539	16.424	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2012 (c).....	1.769	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d).....	-	-	33.884	31.471
	136.560	132.843	128.005	118.892
Provisão para créditos tributários (e).....	(136.560)	(132.843)	-	-
	-	-	128.005	118.892

- (a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2011, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na Parte "B" do LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real, e sobre a base negativa da contribuição social.
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007 e de 2009.
- (c) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis.
- (d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 10).
- (e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c).

14. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora e	
	Consolidado	
	30.09.12	31.12.11
Circulante		
Depósitos vinculados (a).....	21.542	6.637
Não circulante		
Depósitos judiciais (b).....	4.519	5.338
Cauções em quotas subordinadas - FIDC (c).....	-	5.617
	4.519	10.955
	26.061	17.592

- a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R\$ 14.618 (R\$ 5.106 em 2011) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos (Nota 8), que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 6.924 (R\$ 1.531 em 2011) de outros depósitos vinculados.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais.

Notas Explicativas

- c) Refere-se a crédito caucionado equivalente a 3 quotas, pertencentes à EMAE, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, que poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente à liquidação do Fundo. Os saldos das quotas são ajustados mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

15. IMOBILIZADO

É composto como segue:

	Controladora e Consolidado				
	30.09.12			31.12.11	
	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos.....		6.716	-	6.716	6.733
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	708.708	(395.286)	313.422	323.925
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,7%	79.212	(49.196)	30.016	31.028
Máquinas e Equipamentos.....	2,8%	428.224	(271.902)	156.322	164.432
Veículos.....	6,7%	7.945	(6.216)	1.729	2.316
Móveis e Utensílios.....	2,9%	2.105	(2.012)	93	45
Subtotal.....		<u>1.232.910</u>	<u>(724.612)</u>	<u>508.298</u>	<u>528.479</u>
Em curso.....		106.500	-	106.500	44.127
Redução ao Valor recuperável - CPC 01....		(61.212)	2.186	(59.026)	(61.212)
Total Controladora.....		<u>1.278.198</u>	<u>(722.426)</u>	<u>555.772</u>	<u>511.394</u>
Em curso.....		6.744	-	6.744	-
Total Consolidado.....		<u>1.284.942</u>	<u>(722.426)</u>	<u>562.516</u>	<u>511.394</u>

Conforme Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 30.09.2012 está representada por:

	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.11			Depreciação do período	Saldo em 30.09.12
		Adições	Baixas	Transferências		
Em serviço						
Terrenos.....		6.733	- (17)	-	-	6.716
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	323.925	- (5.791)	5.791	(10.503)	313.422
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,7%	31.028	-	16	(1.028)	30.016
Máquinas e Equipamentos.....	2,8%	164.432	-	364	(8.474)	156.322
Veículos.....	6,7%	2.316	-	-	(587)	1.729
Móveis e Utensílios.....	2,9%	45	-	72	(24)	93
Subtotal.....		<u>528.479</u>	<u>(5.808)</u>	<u>6.243</u>	<u>(20.616)</u>	<u>508.298</u>
Em curso.....		44.127	68.616	- (6.243)	-	106.500
Redução ao Valor recup. De ativos - CPC 01..		(61.212)	-	-	2.186	(59.026)
Total Controladora.....		<u>511.394</u>	<u>68.616</u>	<u>(5.808)</u>	<u>(18.430)</u>	<u>555.772</u>
Em curso.....		-	6.744	-	-	6.744
Total Consolidado.....		<u>511.394</u>	<u>75.360</u>	<u>(5.808)</u>	<u>(18.430)</u>	<u>562.516</u>

Depreciação e amortização no resultado:

	30.09.12	30.09.11
Imobilizado.....	18.430	21.220
Intangível.....	256	320
	<u>18.686</u>	<u>21.540</u>

Notas Explicativas

15.1 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982.

Tais direitos foram transferidos à EMAE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão assinado em 11 de novembro de 2004 e aditado em 21 de maio de 2008 para contemplar a transferência da concessão da UTE Piratininga para exploração pela Baixada Santista Energia S.A. – BSE (Nota 10), abrangendo portanto as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Usinas	Rios	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médios)	Data da concessão	Data de vencimento
Hidrelétricas					
UHE Henry Borden	Rio das Pedras	889,00	127,7	01.12.1982	30.11.2012
UHE Porto Góes	Tietê	24,80	19,9	01.12.1982	30.11.2012
UHE Rasgão	Tietê	22,00	17,6	01.12.1982	30.11.2012
UHE Izabel	Ribeirão Grande	(a) 2,64	0,6	01.12.1982	30.11.2012
UHE Edgard de Souza	Tietê	(a) 11,00	-	01.12.1982	30.11.2012
		<u>949,44</u>	<u>165,8</u>		

(a) Usinas fora de operação.

15.2 Condições de Renovação

A Empresa detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com termo final em 30 de novembro de 2012, podendo ser prorrogado por período de até 20 (vinte) anos, conforme cláusula segunda do Contrato de Concessão nº 002/2004 – ANEEL – EMAE, firmado em 11 de novembro de 2004.

Em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos cinco aproveitamentos hidrelétricos. Em 16/03/2012, a ANEEL, por meio do despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União manifestou-se sobre o assunto, conforme relatado no item 1.2 destas Notas Explicativas.

15.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 020/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

16. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	Controladora e	
	Consolidado	
	30.09.12	31.12.11
Circulante		
Provisão de férias e gratificação de férias.....	11.928	5.861
Encargos sociais sobre férias.....	1.923	6.025
	<u>13.851</u>	<u>11.886</u>

Notas Explicativas

17. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Circulante				
COFINS s/ receitas.....	1.120	1.195	1.120	1.195
PIS s/ receitas.....	243	259	243	259
ICMS s/ receita de fornecimento de energia.....	387	262	387	262
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	359	2.034	359	2.034
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher (1).....	-	2.694	37	2.758
IPTU - REFIS (2).....	90	90	90	90
ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009 (3).....	-	49	-	49
Outros.....	2.655	1.351	2.655	1.351
	<u>4.854</u>	<u>7.934</u>	<u>4.891</u>	<u>7.998</u>
Não circulante				
IPTU - REFIS (2).....	239	306	239	306
	<u>239</u>	<u>306</u>	<u>239</u>	<u>306</u>
	<u>5.093</u>	<u>8.240</u>	<u>5.130</u>	<u>8.304</u>

- (1) Refere-se a saldo de imposto de renda e contribuição social contabilizados em dezembro de 2010 a serem pagos em janeiro de 2011.
- (2) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008.
- (3) Refere-se a saldo de parcelamento de ITR com a União, com amortização em 36 parcelas mensais, a partir de novembro de 2009.

18. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Credor	Objeto	Controladora e Consolidado			
		30.09.12	31.12.11	Não	
		Circulante	circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional	23.310	136.525	159.835	154.061
	Saldo - BSPS.....	-	(87.082)	(87.082)	(87.082)
	Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	23.310	49.443	72.753	66.979

A movimentação dos saldos de entidade de previdência a empregados em 30 de setembro de 2012 está representada por:

Controladora e Consolidado			
31.12.11	30.09.12		
Saldo	Amortização	Despesa	Saldo
66.979	(10.708)	16.482	72.753

No resultado:	30.09.12	30.09.11
Plano BSPS.....	16.482	10.105
Plano CD.....	2.044	1.771
	<u>18.526</u>	<u>11.876</u>

18.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A EMAE patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela EMAE.

Notas Explicativas

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a EMAE oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Empresa e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Empresa e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

18.2 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS – R\$ 159.835

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado” - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 30 de setembro de 2012, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Notas Explicativas

19. TAXAS REGULAMENTARES

	Controladora e Consolidado	
	30.09.12	31.12.11
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR (1):		
- Quota mensal.....	352	312
- Diferença de quotas - 2009 (2).....	-	85
- Diferença de quotas - 2010 (3).....	126	379
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	943	1.191
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	42	41
Quota para P&D - FNDCT (4).....	107	107
Quota para P&D - EPE (4).....	54	54
P&D - Recursos para projetos (4).....	5.745	5.030
	<u>7.369</u>	<u>7.199</u>
Não circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de quotas - 2011 (5).....	769	769
	<u>769</u>	<u>769</u>
	<u>8.138</u>	<u>7.968</u>

- (1) Refere-se ao repasse da quota anual para constituição de Reserva Global de Reversão – RGR, destinada à União Federal, para fins de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.
- (2) Conforme despacho ANEEL nº 278 de 2 de fevereiro de 2011, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2011.
- (3) Conforme despacho ANEEL nº 504 de 10 de fevereiro de 2012, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2012.
- (4) Referem-se ao saldo das quotas de P&D – Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Empresa em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (5) Diferença de recolhimentos de 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL no início de 2013.

20. ENCARGOS DE USO DA REDE ELÉTRICA

	Controladora e Consolidado			
	30.09.12		31.12.11	
	Não			
	Circulante	circulante	Total	Total
Encargos de uso da rede elétrica - CUSD/CUST (a).....	16	-	16	137
Tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSDg (b).....	170	-	170	159
	<u>186</u>	<u>-</u>	<u>186</u>	<u>296</u>

- (a) Refere-se aos encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.
- (b) Parcelamento relativo à tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497/2007, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de setembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176/2007 – SRT/ANEEL, de 3 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.

Notas Explicativas

Foi impetrado o Mandado de Segurança nº2007.34.00. 040933-5 contra ato do Diretor Geral da ANEEL, com obtenção de liminar, em 28 de agosto de 2007, determinando a suspensão do artigo 4º e do anexo IV da Resolução Homologatória ANEEL nº 497/07, desobrigando ao pagamento da TUSDg mensal atual e retroativa (de 01/06/04 a 30/07/07) determinadas pela referida Resolução, além da obrigatória assinatura de Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), sendo determinado à ANEEL que se abstenha de aplicar multa ou qualquer medida coercitiva nesse sentido. O processo encontra-se na AGU – Advocacia Geral da União.

21. DEPÓSITOS VINCULADOS

Para efetuar os serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros e o aumento da capacidade de bombeamento nas elevatórias de Traição e Pedreira, foi aprovado no Orçamento do Estado constante da Lei nº 14.309, de 27/12/2010, o aporte de capital no montante de R\$ 40.000 para 2011 na EMAE, efetivamente repassados nos meses de novembro (R\$ 12.392) e dezembro (R\$ 27.608).

22. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

	Controladora e Consolidado			
	30.09.12		31.12.11	
	Não			
	Circulante	circulante	Total	Total
Compromissos socioambientais.....	-	50.658	50.658	17.825

Constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA.

23. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	Controladora e Consolidado			
	31.12.11		30.09.12	
	Saldo	Provisão	Reversão	Saldo
Não circulante				
Trabalhistas				
Periculosidade.....	15.228	1.148	-	16.376
Diversas.....	7.378	1.121	(948)	7.551
	22.606	2.269	(948)	23.927
Cíveis.....	15.471	788	(9.861)	6.398
Tributárias.....	561	25	(586)	-
Ambiental.....	17.825	32.833	-	50.658
	33.857	33.646	(10.447)	57.056
	56.463	35.915	(11.395)	80.983

Periculosidade – Contingência de processo trabalhista – periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999. A administração da Empresa baseada na opinião de seus assessores jurídicos, provisionou o montante de R\$ 16.376 em 30 de setembro de 2012.

Diversas – Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

Notas Explicativas

Cíveis – Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial.

Ambiental – Refere-se a multa pela não retirada das instalações implantadas no projeto flotação.

Depósitos judiciais – A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 25, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados em conta do ativo não circulante.

Os riscos trabalhistas, cíveis e tributários em 30 de setembro de 2012, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado		
	Provável	Possível	Remota
	30.09.12	30.09.12	30.09.12
Administrativo.....	-	106	1.967
Ambiental.....	50.658	72	5
Cível.....	6.398	12.074	11.524
Trabalhista.....	23.927	8.730	21.782
Tributário.....	-	-	2.724
	<u>80.983</u>	<u>20.982</u>	<u>38.002</u>

Entre as provisões avaliadas como de risco possível, destacamos o montante referente à processos de natureza trabalhistas que caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR (Nota 29).

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A EMAE participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.12	31.12.11
ATIVO		
NÃO CIRCULANTE		
Valores a receber.....	14.650	14.650
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Entidade de previdência a empregados.....	23.310	43.401
NÃO CIRCULANTE		
Entidade de previdência a empregados.....	49.443	23.578
	<u>72.753</u>	<u>66.979</u>

As condições e a natureza das operações apresentadas estão descritas nas Notas 7 e 18.

25.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 30 de setembro de 2012 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 3.120 com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

Notas Explicativas

25.2 Remuneração de administradores

A remuneração da Administração da Empresa em setembro de 2012 foi de R\$ 1.271 (R\$ 3.195 em dezembro de 2011), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 1.037 (R\$ 1.383 em dezembro de 2011) e encargos sociais no valor de R\$ 234 (R\$ 1.812 em dezembro de 2011).

25.3 Captação de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A EMAE é sucessora da Light, empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê do qual fazem parte os reservatórios Billings e Guarapiranga, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica.

A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928, autorizada inicialmente pelo Decreto Estadual nº 4.487/28, e, posteriormente, por outros instrumentos legais e contaram com a anuência da EMAE e das suas antecessoras (ELETROPAULO e Light), porém foram condicionadas à devida compensação financeira, o que, no entanto, nunca ocorreu.

A regulamentação da indústria hidroelétrica, tanto no Código de Águas, Decreto nº 24.643/34, como dos Serviços de Energia Elétrica, Decreto nº 41.019/57, obrigam o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios, porém prevêm o seu ressarcimento.

Várias tentativas de cobrança foram realizadas pela EMAE ao longo dos últimos anos, visando estabelecer acordo administrativo entre as partes para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden da ordem de 101 MW médios causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Até setembro de 2012, em face da indefinição do impasse com a SABESP, por não ter sido apresentada proposta minimamente aceitável, a EMAE solicitou a Secretaria de Energia o encaminhamento do assunto para arbitragem do CODEC – Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, que em sua manifestação sugere que a controvérsia pode ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.309, de 23/09/1996.

Na 244ª Reunião do Conselho de Administração da EMAE aprovou-se que fosse notificado o Conselho de Administração da SABESP para que o impasse relacionado à utilização da água seja submetido à arbitragem ou à celebração de acordo entre as partes.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Os principais acionistas em 30 de setembro de 2012 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.757.438</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A.						
ELETOBRÁS.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,01
ALTOCAPITAL Ajax Fundo de Invest. Ações.....	-	-	2.039.200	9,17	2.039.200	5,52
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETROPAR - ELETOBRAS PART. S/A.....	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	501.000	2,25	501.000	1,36
Outros.....	-	-	3.020.895	13,58	3.020.895	8,18
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

26.2 Direitos das Ações

Conforme disposto nos artigos 4º e 30º do Estatuto Social da Empresa, as ações têm as seguintes características:

Preferenciais

- prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;
- direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações;

Ordinárias

- A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembléia geral ;
- Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

26.3 Reserva de lucros a realizar

Saldo em 31.12.2011.....	120.584
Realização da reserva.....	<u>(5.529)</u>
Saldo em 30.09.2012.....	<u>115.055</u>

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30/04/2009, foi aprovada a proposta da Administração de constituição de reserva de lucros a realizar, decorrente do registro do ganho na operação de arrendamento mercantil da UTE Piratininga, de acordo com as práticas contábeis introduzidas pela Deliberação CVM nº 645/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06, que trata das operações de arrendamento mercantil. A realização da reserva ocorre mediante o recebimento das parcelas, pela amortização do saldo de principal do arrendamento a receber UTE Piratininga (Nota 10).

Notas Explicativas

26.4 Lucro (Prejuízo) por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 (em milhares, exceto valor por ação):

	<u>30.09.12</u>	<u>30.09.11</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período.....	3.850	(3.093)
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370
Total.....	<u>36.947.084</u>	<u>36.947.084</u>

Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído

Ação Preferencial.....	R\$ 0,1081	R\$ (0,0869)
Ação Ordinária.....	R\$ 0,0983	R\$ (0,0790)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

27.1 Conciliação da receita operacional líquida para os trimestres findos em 30 de Setembro

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Entidade na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Entidade deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia elétrica.....	6.281	6.567
Suprimento de energia - leilão.....	26.293	25.580
Suprimento de energia - comercializadores.....	2.513	62
Energia de curto prazo - CCEE.....	8.265	8.026
Renda da prestação de serviço.....	6.201	7.010
Outras receitas.....	3.849	287
	<u>53.402</u>	<u>47.532</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	(1.056)	(937)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(3.678)	(3.243)
PIS s/ receitas operacionais.....	(799)	(704)
ICMS s/ fornecimento de energia.....	(589)	-
Imposto s/ serviços - ISS.....	(310)	(350)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(427)	(416)
	<u>(6.859)</u>	<u>(5.650)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>46.543</u>	<u>41.882</u>

Notas Explicativas

27.2 Conciliação da receita operacional líquida para os períodos findos em 30 de Setembro

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia elétrica.....	19.695	19.574
Suprimento de energia - leilão.....	77.920	74.949
Suprimento de energia - comercializadores.....	6.649	1.462
Energia de curto prazo - CCEE.....	27.154	22.348
Renda da prestação de serviço.....	18.636	21.912
Outras receitas.....	9.232	761
	<u>159.286</u>	<u>141.006</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	(3.168)	(2.810)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(13.205)	(11.954)
PIS s/ receitas operacionais.....	(2.867)	(2.595)
ICMS s/ fornecimento de energia.....	(1.457)	-
Imposto s/ serviços - ISS.....	(925)	(1.096)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.272)	(1.206)
	<u>(22.894)</u>	<u>(19.661)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	<u>136.392</u>	<u>121.345</u>

27.3 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

Os CCEAR's decorrentes dos Leilões apresentados na tabela do item 1.1, têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que está sendo aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês de Reajuste	Produto 2005-2012	Produto 2006-2013	Produto 2007-2014	4º Leilão 2009-2016	Energia Nova 2008-2037 e 2009-2038	Energia Nova P2 - 2009-2038	Energia Nova 2010-2039
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	86,81	98,75	108,08	130,78	156,60	156,60	156,59
Ampla	Março	87,20	99,19	108,57	-	157,30	157,30	157,29
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, Aes-Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe, Celpe	Abril	87,38	99,40	108,79	131,65	157,63	157,63	157,62
Nacional, Caiua, V.Paranapanema, Bragantina	Mai	87,94	100,04	109,49	-	158,64	158,64	158,63
Energisa, Copel	Junho	88,26	100,40	109,88	-	159,21	159,21	159,20
Celtins e Eletropaulo	Julho	88,33	100,48	109,97	133,07	159,34	159,34	159,33
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	88,71	100,91	110,45	133,64	160,03	160,03	160,01
Celg	Setembro	89,07	101,32	110,90	134,19	160,68	152,68	160,67

27.4 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

A EMAE participou de diversos leilões de compra de energia realizados em 2011, que resultaram no fornecimento para consumidores livres e no suprimento para comercializadoras de energia (*ex-post*), resultando em um faturamento de, respectivamente, R\$ 26,1 milhões e R\$ 2,9 milhões.

Notas Explicativas

27.5 Energia Elétrica Vendida para os trimestres findos em 30 de Setembro

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2012	2011	2012	2011
Fornecimento (1)				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	39.190	41.391	6.281	6.567
Suprimento				
Energia de leilão.....	270.396	278.112	23.027	22.932
Mecanismo de compensação de sobras e déficits - MCSD.....	-	-	3.266	2.648
	<u>270.396</u>	<u>278.112</u>	<u>26.293</u>	<u>25.580</u>
Agentes comercializadores.....	29.520	2.232	2.513	62
	<u>299.916</u>	<u>280.344</u>	<u>28.806</u>	<u>25.642</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de curto prazo.....	-	-	8.265	8.026
Total.....	339.106	321.735	43.352	40.235

27.6 Energia Elétrica Vendida para os períodos findos em 30 de Setembro

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2012	2011	2012	2011
Fornecimento (1)				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	119.805	123.979	19.695	19.574
Suprimento				
Energia de leilão.....	816.245	834.056	68.578	67.812
Mecanismo de compensação de sobras e déficits - MCSD.....	-	-	9.342	7.137
	<u>816.245</u>	<u>834.056</u>	<u>77.920</u>	<u>74.949</u>
Agentes comercializadores.....	63.775	39.363	6.649	1.462
	<u>880.020</u>	<u>873.419</u>	<u>84.569</u>	<u>76.411</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de curto prazo.....	-	-	27.154	22.348
Total.....	999.825	997.398	131.418	118.333

- (1) Classificam-se como “fornecimento” as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados “bilaterais”, estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste.
- (2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Em 2008 inclui principalmente, o despacho da Usina Termoelétrica Piratininga pelo ONS, por questões de segurança energética.

(*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

27.7 Renda da prestação de serviços para os trimestres findos em 30 de Setembro

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	354	802
Petrobras (UTE's).....	4.846	5.776
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	980	321
CTEEP (Subestação Piratininga).....	-	80
Outros serviços.....	21	31
	<u>6.201</u>	<u>7.010</u>

Notas Explicativas**27.8 Renda da prestação de serviços para os períodos findos em 30 de Setembro**

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	4.534	4.037
Petrobras (UTE's).....	11.962	16.344
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	2.049	1.212
CTEEP (Subestação Piratininga).....	27	230
Outros serviços.....	64	89
	<u>18.636</u>	<u>21.912</u>

Notas Explicativas

28. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

28.1 Para os trimestres findos em 30 de Setembro

Controladora

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Energia de curto prazo - CCEE.....	(2.166)	(1.328)	-	-	-	-	(2.166)	(1.328)
Energia elétrica comprada para revenda.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	(997)	(839)	-	-	-	-	(997)	(839)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(1.335)	(449)	-	-	-	-	(1.335)	(449)
Pessoal.....	(27.536)	(26.815)	-	(314)	-	-	(27.536)	(27.129)
Entidade de previdência a empregados.....	(8.527)	(2.312)	-	-	-	-	(8.527)	(2.312)
Material.....	(1.491)	(1.123)	-	-	-	-	(1.491)	(1.123)
Serviço de terceiros.....	(9.718)	(8.015)	-	(3)	-	-	(9.718)	(8.018)
Depreciação.....	(6.083)	(7.139)	-	-	-	-	(6.083)	(7.139)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	9.802	(20.508)	-	-	-	-	9.802	(20.508)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários....	(11.395)	-	-	-	-	-	(11.395)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(490)	-	-	-	-	-	(490)	-
Ganho na alienação imóvel	-	-	-	-	1	-	1	-
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	111	-	111	-
Outras.....	(1.748)	(2.288)	-	-	1	2	(1.747)	(2.286)
Total.....	(61.684)	(70.816)	-	(317)	113	2	(61.571)	(71.131)

Notas Explicativas

28.2 Para os períodos findos em 30 de Setembro

Controladora

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Energia de curto prazo - CCEE.....	(3.686)	(5.191)	-	-	-	-	(3.686)	(5.191)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(3.300)	-	-	-	-	-	(3.300)	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.684)	(2.307)	-	-	-	-	(2.684)	(2.307)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(4.881)	(5.377)	-	-	-	-	(4.881)	(5.377)
Pessoal.....	(75.960)	(77.739)	(555)	(562)	-	-	(76.515)	(78.301)
Entidade de previdência a empregados.....	(16.482)	(10.105)	-	-	-	-	(16.482)	(10.105)
Material.....	(3.814)	(4.041)	-	-	-	-	(3.814)	(4.041)
Serviço de terceiros.....	(26.009)	(23.119)	-	(3)	-	-	(26.009)	(23.122)
Depreciação.....	(18.686)	(21.540)	-	-	-	-	(18.686)	(21.540)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(24.468)	(26.490)	-	-	-	-	(24.468)	(26.490)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários...	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(2.159)	-	-	-	-	-	(2.159)	-
Ganho na alienação imóvel	-	-	-	-	24.627	27.312	24.627	27.312
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	470	-	470	-
Outras.....	(11.509)	(4.782)	-	-	(122)	(108)	(11.631)	(4.890)
Total.....	(193.638)	(180.691)	(555)	(565)	24.975	27.204	(169.218)	(154.052)

Notas Explicativas

28.3 Para os trimestres findos em 30 de Setembro

Consolidado

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Energia de curto prazo - CCEE.....	(2.166)	(1.328)	-	-	-	-	(2.166)	(1.328)
Energia elétrica comprada para revenda.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	(997)	(839)	-	-	-	-	(997)	(839)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(1.335)	(449)	-	-	-	-	(1.335)	(449)
Pessoal.....	(27.536)	(26.815)	-	(314)	-	-	(27.536)	(27.129)
Entidade de previdência a empregados.....	(8.527)	(2.312)	-	-	-	-	(8.527)	(2.312)
Material.....	(1.491)	(1.123)	-	-	-	-	(1.491)	(1.123)
Serviço de terceiros.....	(9.738)	(8.015)	-	(3)	-	-	(9.738)	(8.018)
Depreciação.....	(6.083)	(7.139)	-	-	-	-	(6.083)	(7.139)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	9.802	(20.508)	-	-	-	-	9.802	(20.508)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários....	(11.395)	-	-	-	-	-	(11.395)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(490)	-	-	-	-	-	(490)	-
Ganho na alienação imóvel.....	-	-	-	-	1	-	1	-
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras.....	(1.748)	(2.288)	-	-	1	2	(1.747)	(2.286)
Total.....	(61.704)	(70.816)	-	(317)	2	2	(61.702)	(71.131)

Notas Explicativas

28.4 Para os períodos findos em 30 de Setembro

Consolidado

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Energia de curto prazo - CCEE.....	(3.686)	(5.191)	-	-	-	-	(3.686)	(5.191)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(3.300)	-	-	-	-	-	(3.300)	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.684)	(2.307)	-	-	-	-	(2.684)	(2.307)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos...	(4.881)	(5.377)	-	-	-	-	(4.881)	(5.377)
Pessoal.....	(75.960)	(77.739)	(555)	(562)	-	-	(76.515)	(78.301)
Entidade de previdência a empregados.....	(16.482)	(10.105)	-	-	-	-	(16.482)	(10.105)
Material.....	(3.814)	(4.041)	-	-	-	-	(3.814)	(4.041)
Serviço de terceiros.....	(26.029)	(23.119)	-	(3)	-	-	(26.029)	(23.122)
Depreciação.....	(18.686)	(21.540)	-	-	-	-	(18.686)	(21.540)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	(24.468)	(26.490)	-	-	-	-	(24.468)	(26.490)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários....	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(2.159)	-	-	-	-	-	(2.159)	-
Ganho na alienação imóvel	-	-	-	-	24.627	27.312	24.627	27.312
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras.....	(11.509)	(4.782)	-	-	(122)	(108)	(11.631)	(4.890)
Total.....	(193.658)	(180.691)	(555)	(565)	24.505	27.204	(169.708)	(154.052)

Notas Explicativas

28.5 Energia Elétrica Comprada e Encargos da Rede para os trimestres findos em 30 de Setembro

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		
Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda) (1).....	2.166	1.328
Uso da Rede Elétrica		
Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD (2)...	997	839
	<u>3.163</u>	<u>2.167</u>

28.6 Energia Elétrica Comprada e Encargos da Rede para os períodos findos em 30 de Setembro

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		
Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda) (1).....	3.686	5.191
Uso da Rede Elétrica		
Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD (2)...	2.684	2.307
	<u>6.370</u>	<u>7.498</u>

(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrentes de aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.

(2) Refere-se ao custo pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.

29. RESULTADO FINANCEIRO

29.1 Para os trimestres findos em 30 de Setembro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	802	643	1.024	643
Atualização de valores a receber - DAEE.....	-	333	-	333
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	7.467	7.781	7.467	7.781
Atualização de quotas subordinadas FIDC.....	-	177	-	177
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	293	292	293	292
Outras.....	47	14	47	14
	<u>8.609</u>	<u>9.240</u>	<u>8.831</u>	<u>9.240</u>
Despesas				
Juros FIDC.....	-	(47)	-	(47)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(58)	(59)	(58)	(59)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(74)	(91)	(74)	(91)
Atualiz. TUSDg.....	(3)	(28)	(3)	(28)
Juros sobre RGR.....	(203)	(203)	(203)	(203)
Outras.....	16	(11)	(26)	(11)
	<u>(322)</u>	<u>(439)</u>	<u>(364)</u>	<u>(439)</u>
Variações Monetárias				
Variações monetárias ativas.....	10.111	(2.524)	10.111	(2.524)
Variações monetárias passivas.....	(22)	(623)	(22)	(623)
	<u>10.089</u>	<u>(3.147)</u>	<u>10.089</u>	<u>(3.147)</u>
	<u>18.376</u>	<u>5.654</u>	<u>18.556</u>	<u>5.654</u>

Notas Explicativas

29.2 Para os períodos findos em 30 de Setembro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	2.929	1.534	3.676	1.534
Atualização de valores a receber - DAEE.....	-	2.160	-	2.160
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	22.892	23.809	22.892	23.809
Atualização de quotas subordinadas FIDC.....	31	439	31	439
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	1.023	1.265	1.023	1.265
Outras.....	54	90	54	90
	<u>26.929</u>	<u>29.297</u>	<u>27.676</u>	<u>29.297</u>
Despesas				
Juros FIDC.....	(27)	(174)	(27)	(174)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais..	(500)	(409)	(500)	(409)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(238)	(261)	(238)	(261)
Atualiz. TUSDg.....	(11)	(145)	(11)	(145)
Juros sobre RGR.....	(608)	(608)	(608)	(608)
Outras.....	(26)	(96)	(68)	(96)
	<u>(1.410)</u>	<u>(1.693)</u>	<u>(1.452)</u>	<u>(1.693)</u>
Variações Monetárias				
Variações monetárias ativas.....	30.361	18.898	30.361	18.898
Variações monetárias passivas.....	(358)	(2.111)	(358)	(2.111)
	<u>30.003</u>	<u>16.787</u>	<u>30.003</u>	<u>16.787</u>
	<u>55.522</u>	<u>44.391</u>	<u>56.227</u>	<u>44.391</u>

30. SEGUROS

Com base em estudos de consultoria especializada, a Administração da Empresa optou por manter apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2012	09.04.2013	3.200	135
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	08.02.2012	08.02.2013	1.500	10
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3)..	28.11.2011	28.11.2012	324	2
			<u>5.024</u>	<u>147</u>

- (1) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela empresa à terceiros.
- (2) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração.
- (3) Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A atividade da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2012, a Empresa não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

(b) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

(c) Risco Hidrológico

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema, são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R\$ 8,99 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1098, de 14 de dezembro de 2010, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2011). Durante 2010 vigorou a TEO de R\$ 8,51 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 926, de 15 de dezembro de 2009).

(d) Derivativos

Em 30 de setembro de 2012, a Empresa não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(e) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

32. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está detalhada na nota explicativa nº 3.

b) Informações suplementares

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Juros pagos.....	27	174	27	174
Juros recebidos.....	2.929	1.534	3.676	1.534
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	9.733	9.781	9.948	9.781
Dividendos obrigatórios propostos a pagar.....	-	-	-	-

Notas Explicativas

33. PIRAPORA ENERGIA S.A.

Em atendimento a legislação vigente, informamos que a Empresa Pirapora Energia S.A. subsidiária integral da EMAE, obteve durante o período findo em 30/09/2012 rendimentos de aplicação financeira no montante de R\$ 747 e despesas no valor de R\$ 277, resultando assim em um ganho de equivalência patrimonial de R\$ 470 na Empresa Controladora.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em cumprimento ao cronograma acima especificado, em 11.10.12 a EMAE, por meio de requerimento à ANEEL, ratificou os pedidos de prorrogação das concessões de suas Usinas Hidrelétricas, as quais expiram em 30 de novembro de 2012.

Ainda conforme o mencionado cronograma, em 01 de novembro de 2012 foram publicados os seguintes atos:

- Despacho do Ministro de Minas e Energia s/nº, de 31/10/2012, que defere, entre outros, o pedido de prorrogação de prazo das concessões das Usina Hidrelétricas Rasgão, Henry Borden e Porto Góes e indefere para as Usina Hidrelétricas Isabel e Edgard de Souza;
- Portaria MME nº 578, de 31/10/2012, definindo as tarifas iniciais das usinas hidrelétricas alcançadas pela MP nº 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG;
- Portaria Interministerial nº 580/MME/MF, de 31/10/2012, definindo os valores das indenizações para as usinas hidrelétricas alcançadas pela MP nº 579.

Para as usinas da EMAE a Portaria Interministerial nº 580 não apresentou valores a indenizar e a Portaria nº 578 definiu os seguintes valores de tarifa:

USINA	POTÊNCIA (MW)	TARIFA Port. 578 (R\$/kW.ano)	RECEITA ANUAL (R\$) GAG
HENRY BORDEN	889,00	102,15853	90.818.933,17
PORTO GÓES	24,80	127,89610	3.171.823,28
RASGÃO	22,00	118,52527	2.607.555,94
Total	935,80	-	96.598.312,39

Estas tarifas e receitas anuais foram estabelecidas considerando as respectivas potências instaladas de cada usina. Por outro lado, considerando a atual garantia física estabelecida para estas usinas, de 157,45 MW médios, a receita anual corresponderia a uma tarifa média de venda de energia de R\$ 70,04 / MWh. Não estão incluídos nestes valores encargos e tributos, inclusive os encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, que deverão ser incluídos na chamada RAG – Receita Anual de Geração, a ser homologada pela ANEEL.

Diante das condições estabelecidas pelo Poder Concedente para a prorrogação das concessões de suas usinas, acima descritas, a EMAE vem realizando os estudos necessários à avaliação dos efeitos das mesmas sobre as suas atividades, para subsidiar a tomada de decisão em tempo hábil e no interesse da Empresa.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

AOS ACIONISTAS, CONSELHEIROS E DIRETORES DA
EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE
SÃO PAULO – SP

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Ênfases

Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as informações contábeis individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Continuidade normal das operações

As informações contábeis intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de

Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), sofreu contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 555.772 mil, em 30 de setembro de 2012, compostos, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Prorrogação da concessão

Conforme notas explicativas nº 1.2, nº 15.2 e nº 34, às informações trimestrais, em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos seus cinco aproveitamentos hidrelétricos. Conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União em 16 de março de 2012, a ANEEL encaminhou ao Ministério de Minas e Energia – MME o requerimento de prorrogação do prazo de concessão, no qual pronuncia-se favoravelmente em relação às UHEs de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes, pelo sobrestamento do exame do pedido em relação à UHE Edgard de Souza e pelo indeferimento em relação à UHE Isabel. Cumpre salientar que estas duas últimas usinas estão inoperantes e não participam da receita da empresa. No dia 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, divulgou a Medida Provisória - MP nº 579 que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Em 14 de setembro, foi publicado o Decreto nº 7.805, regulamentando a MP 579, a partir do qual a ANEEL divulgou cronograma com os principais marcos para a implementação dos trabalhos. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma estabelecido, em 11 de outubro de 2012, a EMAE, por meio de requerimento à ANEEL, ratificou os pedidos de prorrogação das concessões das Usinas Hidrelétricas, as quais expiram em 30 de novembro de 2012. Em 1º de novembro de 2012 foi publicado o Despacho do Ministro de Minas e Energia s/nº, de 31/10/2012, que deferiu, entre outros, o pedido de prorrogação de prazo das concessões das Usinas Hidrelétricas Rasgão, Henry Borden e Porto Góes e indeferiu para as Usinas Hidrelétricas Isabel e Edgard de Souza. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Provisão para custos socioambientais

Conforme a nota explicativa nº 22, a EMAE mantém provisão de R\$ 50.658 mil, constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros -Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25, a EMAE possui transações com partes relacionadas, decorrentes de operações de cessão de direitos creditícios e planos de previdência com empresas do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Conseqüentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores

O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentado para fins de comparabilidade, foi anteriormente auditado por nós que emitimos relatório datado de 22 de março de 2012, sem ressalva e com ênfases similares aos parágrafos de ênfases acima, exceto quanto à provisão para riscos socioambientais e transações com partes relacionadas; e de que conforme nota explicativa 16.4, às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011, a administração da Empresa preparou, com base no seu valor em uso, na decisão de Diretoria da ANEEL, de 06 de março de 2012, relativa ao processo de prorrogação de concessão de suas usinas hidrelétricas e, considerando a indenização correspondente ao valor residual dos livros ao final da concessão, atualizado monetariamente pelo IGP-M, um fluxo de caixa descontado de suas operações até novembro de 2032, para cada unidade de geração de caixa. A estimativa preparada pela Administração indicou que o valor presente é suficiente para recuperar o saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011 das usinas Rasgão e Porto Góes. No entanto, para a UHE Henry Borden as projeções,

indicaram necessidade e foi realizado ajuste de R\$ 61 milhões no ativo imobilizado.

As demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2011, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram auditadas por nós, sobre as quais emitimos relatório de informações trimestrais, datado de 08 de novembro de 2011, sem ressalva e com ênfases similares aos parágrafos de ênfases acima, exceto quanto à provisão para custos socioambientais e transações com partes relacionadas

São Paulo, 13 de novembro de 2012.

UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC 2 RS 3717 S SP
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC 1 RS 43679 S SP
CNAI Nº 539
Sócio – Responsável Técnico